

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Josiane Braz de Assis – (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Cládice Nóbile Diniz – (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

ATTENDANCE FOR PERSONS WITH DISABILITIES IN UNIVERSITY LIBRARIES

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: O estudo apresenta pesquisa em curso no mestrado profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro onde se destaca o atendimento à pessoa com deficiência nas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense com o apoio de tecnologia assistiva. Objetiva elaborar um protocolo a partir de um levantamento conceitual bibliográfico de orientações e diretrizes para evitar barreiras atitudinais no atendimento ao usuário com deficiência. A metodologia é exploratória e se apoia em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O universo da pesquisa são as diretrizes e recomendações de modelos de protocolo de atendimento em bibliotecas universitárias. Destaca alguns conceitos presentes na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência como o de deficiência, o de barreira e o de tecnologia assistiva. Apresenta a Divisão de acessibilidade da Universidade Federal Fluminense. Evidencia as recomendações da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) para o atendimento as pessoas com deficiência e a importância do desenvolvimento das habilidades do profissional através de treinamento constante. Conclui sobre a necessidade de o profissional bibliotecário estar disposto a remover barreiras, principalmente as atitudinais, e ser competente nas funções, para o que necessita aprimorar as competências e ter recursos à disposição, como capacitações e protocolos.

Palavras-Chave: Pessoa com deficiência; Acessibilidade; Biblioteca Universitária.

Abstract: The present study presents a research in the professional master's degree in Librarianship of the Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, where it is highlighted the service to the disabled person in the libraries of the Universidade Federal Fluminense with the support of assistive technology. It aims to elaborate a protocol based on a conceptual bibliographical survey of guidelines and guidelines to avoid attitudinal barriers in the care of disabled users. The methodology is

exploratory and is based on bibliographical, documentary and field research. The research universe is the guidelines and recommendations of protocol models in university libraries. It highlights some concepts present in the Brazilian Law of Inclusion of the Person with Disabilities such as disability, barrier and assistive technology. It presents the Accessibility Division of Universidade Federal Fluminense. Highlights the recommendations of the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) for the care of people with disabilities and the importance of developing professional skills through constant training. It concludes on the need for the professional librarian to be willing to remove barriers, especially the attitudinal ones, and to be competent in the functions, for which he needs to improve the competences and to have available resources, like capacities and protocols.

Keywords: Disabled person; Accessibility; University Library.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas para acesso e permanência ao ensino superior das pessoas com deficiência nas universidades brasileiras vêm ampliando o número de matrículas desses estudantes e por consequência, aumentando os esforços para a criação de ambientes cada vez mais acessíveis.

Agilidade e eficiência nos procedimentos adotados no atendimento ao aluno com deficiência podem fazer a diferença em seu processo de aprendizagem na universidade. Para isso, o uso de tecnologias assistivas e como os bibliotecários interagem nesse processo são fatores muito importantes. Porém, há reclamações generalizadas por parte desses profissionais de que não recebem adequada capacitação para lidar com os equipamentos e auxiliar esses usuários especiais a terem suas demandas informacionais atendidas.

Há uma pesquisa de mestrado profissional em Biblioteconomia em curso na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que busca responder quais seriam as competências necessárias aos profissionais que atuam nas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF) para o atendimento adequado nesses casos. Seu objetivo é levantar um conjunto de orientações para evitar as barreiras atitudinais, guiando-se na Lei nº 13.146/2015, a vigente Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Para apresentá-la, propôs-se este estudo.

2 CONCEITUAÇÃO DE BARREIRAS

De 2004 a 2009 vigorava no Brasil o “modelo médico” para considerações sobre pessoas com deficiência, devido ao Decreto nº 5296/2004 definir serem elas as que possuíam limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade.

Com o Decreto nº 6.949/2009 promulgando o Decreto Legislativo nº 186/2008, que ratificava a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, elaborada pela Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, oficializou-se o termo “pessoa com deficiência” com nova abordagem, a do “modelo social”. Lê-se nessa convenção, apenas no citado decreto:

[...] a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Nesse modelo social destaca-se as condições que limitam aspectos do funcionamento humano somente se tornam deficiências para a pessoa quando ocorre desta encontrar obstáculos ao seu agir no meio ambiente físico e/ou social, levando-a à necessidade de superá-los como quem supera barreiras. Essa proposição tornou-se, para o país, a referência em questões da acessibilidade, destacando as barreiras existentes como determinantes da dificuldade de participação do indivíduo na sociedade.

Bampi (2010, p. 7) destaca que nesse modelo a deficiência não está concentrada nos aspectos corporais do indivíduo, em sua lesão, mas sim em seu aspecto de restrição social e exclusão, explicando:

A adoção do modelo social traz como consequência a compreensão de que as pesquisas e as políticas públicas, direcionadas à deficiência, não podem concentrar-se apenas nos aspectos corporais dos indivíduos para identificar a deficiência. Além disso, ao separar a deficiência da lesão, o modelo social abre espaço para mostrar que, a despeito da diversidade de lesões, há um fator que une as diferentes comunidades de deficientes em torno de um projeto político único: a experiência da exclusão. Todos os deficientes experimentam a deficiência como restrição social, não importando se essas restrições ocorrem em consequência de ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade da população em geral para utilizar a linguagem de sinais, da falta de material em braille ou das atitudes públicas hostis das pessoas que não têm lesões corporais visíveis.

Em 2015, a redação da Lei nº 13.146/2015, enfatiza o modelo social em seu conceito sobre deficiência, como pode ser verificado a seguir:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Enquanto a Convenção enquadrava as deficiências nas categorias deficiência física; deficiência mental; deficiência auditiva; deficiência visual; e deficiência múltipla (BRASIL, 2009), a partir da Lei nº 13.146/2015 os tipos de deficiência passam a ser, quanto à sua natureza: deficiência física, deficiência mental, deficiência intelectual ou deficiência sensorial (BRASIL, 2015).

As barreiras são também redefinidas nessa última Lei citada, como sendo qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à

liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Essas barreiras são, por sua vez, classificadas em: urbanísticas; arquitetônicas; nos transportes, nas comunicações e na informação; atitudinais; e tecnológicas. (BRASIL, 2015.) Essa conceituação da deficiência com destaque nas barreiras implica que a solução está além de solução própria do sujeito, requer intervenção no meio e recursos tecnológicos e atitudinais para a pessoa com deficiência superá-las. Com isso, destaca-se a necessidade de intervenções urbanas e arquitetônicas e de objetos e outros recursos de ajuda técnica para promover a funcionalidade frente às barreiras.

3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

A Lei nº 13.146/2015 utiliza os termos tecnologia assistiva (TA) e ajuda técnica como sinônimos, definindo-os como sendo:

[...] produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015).

Bengalas, aparelhos auditivos, órteses e próteses são algumas das tecnologias que auxiliam no dia a dia. Em bibliotecas no Rio de Janeiro, os recursos de TA encontrados são: a impressora braile, o *scanner* com voz, a máquina de escrever braile; Lupa eletrônica; e computadores com *softwares* e aplicativos instalados para auxiliar as pessoas com deficiência visual e auditiva. Os livros em formato acessível configuram-se também como uma TA, apesar de alguns autores considerá-los como recursos específicos.

A TA, para ser utilizada pela maioria dos funcionários da biblioteca, deve ter a sua operação também conhecida e devem estar instalada em local de fácil acesso (FORTALECIMENTO..., 2016).

Assim, a biblioteca pode oferecer livros em formato acessível, tais como: livros em áudio (audiolivro ou livro falado), livros em Braille; livros em Braille e tinta (geralmente com fonte ampliada); livro com fonte ampliada; livro digital DAISY; livro digital em texto (que pode ser reconhecido por leitor de tela); livro audiovisual bilíngue português-libras; livro em leitura fácil e livro audiovisual acessível (FORTALECIMENTO..., 2016).

4 AS NECESSIDADES DE COMPETÊNCIAS

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) em seu relatório profissional do ano 2009, intitulado Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento evidenciam as habilidades apropriadas aos bibliotecários, destacando que os treinamentos constantes devem ser valorizados durante o planejamento de recursos humanos.

A IFLA destaca que os valores da biblioteca ou organização deveriam refletir uma visão iluminada sobre a deficiência e enfatizar que as atitudes são frequentemente, uma barreira muito maior do que os problemas físicos enfrentados pelas pessoas deficientes. A participação das escolas de biblioteconomia é fundamental para conscientizar os estudantes e prepará-los para o mercado de trabalho.

A IFLA discute ainda questões relacionadas ao modelo médico e as barreiras, ressaltando que:

As escolas de biblioteconomia e as associações profissionais deveriam oferecer treinamento sobre serviços de biblioteca para pessoas incapazes de utilizar material impresso, para potencializar os graduandos e estudantes de educação continuada que trabalham em bibliotecas. É igualmente importante, que os estudantes e profissionais estejam cientes das barreiras que excluem os deficientes desses serviços. Ao invés de adotar o modelo médico (“O que está errado com essas pessoas?”), os funcionários da biblioteca precisam ser treinados para adotar o modelo social (“Como nós podemos remover as barreiras que impedem essas pessoas de utilizar nossos serviços?”) (IFLA, 2009, p. 69).

Santos (2000, p.114) afirma que para minimizar lacunas de conhecimento é necessário um projeto individual de carreira e exemplifica a tecnologia como uma das necessidades do aprendizado contínuo, afirmando: “o domínio de tecnologias avançadas para o acesso, tratamento e recuperação de informações inicia-se nos cursos de graduação e seu aprimoramento depende, mais uma vez, de um projeto pessoal”. Entende-se que esse dito projeto pessoal trata-se de ter projeto específico para cada indivíduo, de forma a que chegue ao nível de competência possível para si.

5 POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

A Universidade Federal Fluminense não possuía uma política institucional voltada para as pessoas com deficiência, até o ano de 2009, com a inauguração do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (NAIS-UFF). O Núcleo passou a ser denominado Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF) –DAI/CAS, pela Portaria da UFF Nº 49.388, de 10 de maio de 2013, que ratifica e aprova a reestruturação administrativa relativa à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Vinculado à PROAES, a divisão tem como objetivo garantir o ingresso e a permanência dos alunos com deficiência, e proporcionar uma trajetória acadêmica produtiva e sem obstáculos. A Divisão conta com monitores e intérpretes de Libras, entre outros. Participa de várias atividades acadêmicas, além de adquirir equipamentos de TA para as bibliotecas (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2015)

6 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é exploratória com fins descritivos de se levantar por pesquisa bibliográfica e documental um conjunto de dados a ser tratado por método qualitativo, de forma a se sistematizar um protocolo de atendimento aos usuários com deficiência. Protocolo esse, que é objeto da pesquisa e será composto de recomendações de boas práticas e determinações legais que sirvam de diretrizes para os bibliotecários da UFF.

O universo da pesquisa, do qual uma amostra será selecionada, é formado por todas as diretrizes e recomendações encontradas na legislação pertinente, em modelos de protocolo de atendimento de bibliotecas universitárias brasileiras, nos sites dos núcleos de acessibilidade de dez universidades federais brasileiras já localizados em investigação prévia, nas normas da ABNT, nos manuais de tecnologias assistivas de uso em bibliotecas e na literatura especializada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação assegura direitos à pessoa com deficiência e inclui deveres à sociedade, de apoiá-las na superação de barreiras que criem obstáculos ao seu agir. Oferecer uma biblioteca com acessibilidade implica em reduzir ou remover as barreiras que dificultem o acesso da pessoa com deficiência aos serviços e produtos oferecidos.

A universidade e seus ambientes, incluindo as bibliotecas devem se adaptar. O profissional bibliotecário deve estar disposto a remover barreiras, principalmente as atitudinais, e ser competente em suas funções, para o que é necessário que sempre aprimore suas competências e encontre recursos para essa finalidade, como capacitações e protocolos.

REFERÊNCIAS

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, n. 4, [9 telas], ago. 2010. Disponível em:
< http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf > Acesso em: 15 de mar. de 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 07 de jul. 2015. Disponível em:
<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72>> Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de ago. 2009. Disponível em:
< <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=26/08/2009>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 de dez. 2004. Disponível em:
<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=03/12/2004>>. Acesso em: 20 de fev. 2017

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

_____. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de mar. de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de jul. 2008. Disponível em:

< <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/07/2008>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

FORTALECIMENTO DE BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS E INCLUSIVAS: (manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 143 p. Disponível em:

< <https://drive.google.com/drive/folders/0BwxDO9IuWG-tekJWNEJWemlZLWs> >. Acesso em: 12 de abril de 2017.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES (IFLA).

Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento. Editado por Rosemary Kavanagh e Beatrice Christensen Sköld. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. 99 p. (Relatório Profissional, 86). Disponível em:

< <http://snbp.culturadigital.br/wp-content/arquivos/2014/02/Bibliotecas-para-cegos-na-era-da-informa%C3%A7%C3%A3o-diretrizes-de-desenvolvimento-IFLA.pdf>. >. Acesso em: 14 de abril de 2017.

SANTOS, Jussara Pereira. O perfil do profissional bibliotecário. In. VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 107-117.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sensibiliza UFF completou seis anos com muitos avanços, novos projetos e boas histórias para contar**, 2015. [online] Disponível em :

< <http://www.uff.br/?q=sensibiliza-uff-completou-seis-anos-com-muitos-avancos-novos-projetos-e-boas-historias-para-contar>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.